



# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Impresso  
Especial

1000013040-DR/BSB  
Sindjus DF

Ano XVII - nº 55  
Fevereiro de 2009

VILA TELEBRASÍLIA

# A conquistista da cidadania



RUA 01  
CASA 03

# A última chance

TT CATALÃO

A emoção de um afrodescendente no poder máximo dos EUA é realmente magnífica. Porém, emoção, sentimento e retórica cívica e messiânica para um “resgate de valores” fundamentais da dignidade perdida podem compor a base inicial do caminho, mas não garantem o avanço. Obama vai oscilar entre a carismática redenção dos pecados aviltantes de uma nação e a ameaça de martírio (caso fracasse ou desafie muito a “velha ordem”) pela tarefa extraordinária que contrapõe o indivíduo, em pele e consciência, *versus* a poderosa armadura do Sistema. Mitologia grega com BlackBerry.

A contradição maior desses primeiros dias de instalação do governo navega entre a sacralização da pessoa (“chegou o Redentor”) e os recados duros alertando que a máquina está intacta. Desmonte? Só no que já está podre. Mesmo o poder mais decrépito exige podas restauradoras. É tirar o melhor proveito da “mudança” para exorcizar o desastre anterior. Sem deixar que a medula do modelo continue explícita nas operações da máquina (de guerra, submissão, controle e lucro sobre os mais fracos).

Nesse clima de “virada” emotiva, perder só o que não é essencial. Ora Obama será um deus da resistência pelo seu caráter – ele parece mesmo encarnar, sinceramente, os valores plurais da América fraterna e mítica da liberdade – e, ora, será o Obama que terá que ceder até perder a aura do herói. Miseráveis do mundo, emergentes da economia, sobreviventes do caos, o colapso global, a degradação do ambiente e o modo de vida predatório do consumismo aguardam muito desse herói ou mártir no comando, formal, de um Sistema abalado. Talvez, a última chance. Ou vira, ou capota. É ruptura ou sutura?





U. DETTMAR

Passivos: direito já foi reconhecido até pelo Supremo Tribunal Federal

AO LEITOR

# A batalha pelos passivos



ARTHUR MONTEIRO

**Roberto Policarpo**  
Coordenador-geral do Sindjus

O ano de 2008 ficou para trás, mas as lutas remanescentes não morreram com ele. Ao contrário, ganharam força. Foi exatamente isso o que aconteceu na luta pelo pagamento dos passivos. O Sindjus começou 2009 pressionando os tribunais para que quitem essa dívida o mais rápido possível. Afinal, esses débitos são direitos reconhecidos pelos tribunais.

Nada mais justo que sejam pagos o quanto antes. E eu posso dizer que muita coisa já avançou nessa negociação intensiva que o Sindicato vem promovendo.

Do início de fevereiro até agora, já me reuni com a administração do TJDF, do TSE e do STF para resolver esse impasse. Os presidentes dos tribunais se comprometeram a intensificar as nego-

ciações com a Secretaria de Orçamento Federal para que os recursos necessários sejam liberados o quanto antes. E quando liberados, atendendo reivindicação do Sindjus, o desembargador Nívio Gonçalves, presidente do TJDF, comprometeu-se, por escrito, a cumprir o direito sem distinção entre magistrados e servidores.

Quintos. Estágio Probatório. Devolução do IR cobrado sobre juros de mora dos 11,98%. A luta pelo pagamento dos passivos será uma das principais frentes lideradas pelo Sindjus neste ano. Por isso, além de conversar com as presidências dos tribunais, tenho mantido contato freqüente com a Secretaria de Orçamento Federal, reivindicando agilidade nessa questão. Muito tem se ponderado a respeito dos efeitos da crise financeira instalada. No entanto, tenho contra-argumentado sobre a necessidade de investir no serviço público para fortalecer a economia e assegurar o desenvolvimento do Brasil. E é esse discurso que deve ecoar por todos os tribunais. Afinal, a realidade afirma que defender os servidores públicos é defender o país.

**O Sindjus começou 2009 pressionando os tribunais para que quitem essa dívida o mais rápido possível. Afinal, esses débitos são direitos reconhecidos pelos tribunais. Muita coisa já avançou na negociação intensiva que estamos promovendo.**

## Cruzeiro

Caros colegas, quero agradecer a boa idéia de nos premiar com o cruzeiro. Foi excelente, com muita alegria, atenção e conforto. A agência providenciou tudo e fomos muito bem atendidos. Quero aproveitar para desejar um 2009 repleto de vitórias, realizações e muita saúde, extensivo a seus familiares.

**Maria Cristina Cardoso – TJDF**

(Sobre o prêmio às melhores participações no plano de lutas aprovado pelo Congresso do Sindjus)

## Passivos

Tenho acompanhado o esforço que o Sindicato tem feito para garantir o pagamento dos passivos. É uma pena que seja preciso fazer um estardalhaço para receber um direito que já foi reconhecido inclusive pelo STF.

**Jair Monteiro – TSE**

## Injustiça

Esses tribunaux não se emendam mesmo. Onde já se viu cobrar Imposto de Renda de juros? Às vezes eu tenho a impressão de que a Justiça é feita só para o público externo. Quem está dentro do Tribunal sofre as mais profundas injustiças.

**Fábio Soares – TJDF**

## Professores

Ao produzir um VT sobre o absurdo que está acontecendo com os professores, o Sindjus deu um passo importante à construção de uma nova sociedade. O Sindicato redimensiona sua luta, engrandecendo sua participação na realidade social.

**Sônia Lins – TST**

## Eu dôo talento

De fato, ajudar o próximo é gratificante. A campanha *Eu dôo talento* é uma bela iniciativa. Eu sou apaixonada por cuidar de crianças e me coloco à disposição para contribuir.

**Elza Munhoz – MPDFT**

## Especulação

Andam dizendo que a crise vai inviabilizar o nosso novo Plano de Carreira. Tudo especulação. Querem que a gente tire o time de campo para que o investimento que deve ser feito em nossa carreira beneficie outra categoria. Só que nós não vamos deixar, não é?

**Verônica Santos – JF**

## Plano de Carreira

É difícil equacionar o desejo dos servidores de aprovar o quanto antes um novo Plano de Carreira e os trâmites que o projeto tem que enfrentar. Eu sei que a Comissão Interdisciplinar tem a missão de discutir a fundo cada detalhe, mas não dava para andar um pouco mais rápido?

**Eduardo Mota – TRT**

## Folia

Adorei a idéia de transformar a luta pelos passivos em marchinha. Quem sabe assim, o pessoal lá de cima, que adora uma folia, não paga o que é nosso por direito.

**João Alves – TRF**

## Convênios

Os convênios do Sindjus melhoraram a minha realidade. Tenho descontos na minha academia, na minha pós-graduação, no colégio da minha filha e em clubes. E a cada semana há novas parcerias sendo firmadas. Eu apoio totalmente essa política.

**Ana Clara – TST**



## Revista do Sindjus

### Coordenação editorial

TT Catalão - Reg. Prof. 685-DF

### Edição

Usha Velasco

### Reportagem e redação

Daniel Campos

Eunice Pinheiro

Fabiola Góis

Thais Assunção

### Revisão

Patcha Comunicação

### Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

### Tiragem

12.000 exemplares

## Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF

**SDS, Ed. Venâncio V, Bl. R, s. 108 a 114**

**CEP 70393-900 - Brasília-DF**

**PABX (61) 3224-9392**

**www.sindjusdf.org.br**

### Coordenadores-gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)

Roberto Policarpo Fagundes (TRT)

Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

### Coordenadores de

#### Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)

Cledo de Oliveira Vieira (TRT)

Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

### Coordenadores de Assuntos

#### Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Souza Santos Ávila (STF)

José de Oliveira Silva (TJDF)

Newton José Cunha Brum (TST)

### Coordenação de Formação

#### e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)

Raimundo Nonato da Silva (STM)

### Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noletto Costa (TSE)

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)

Valdir Nunes Ferreira (MPF)

# Vila Telebrasília: a escala humana da capital

No final de 2008, às vésperas do Natal, o governador do Distrito Federal, em cerimônia pública na Vila Telebrasília, outorgou os títulos de propriedade definitivos aos ocupantes históricos do velho acampamento dos tempos da construção de Brasília. Quase cinquenta anos depois de muita luta, o ato representou o momento culminante de uma história de resistência e perseverança de uma comunidade mobilizada pela conquista do direito de morar.

**Não é por acaso** que à entrada da Vila, localizada ao final da Avenida das Nações, na Asa Sul, à beira de Lago Paranoá e defronte ao setor de embaixadas, se mantenha instalado uma placa com a inscrição singular: "Aqui tem história!"

Não conheço um registro igual de uma comunidade que se reconheça na identidade de seu protagonismo histórico, mas como professor orientador, em projeto de assessoria jurídica universitária desenvolvido pela Faculdade de Direito da UnB, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos (então vinculada ao Ministério da Justiça), acompanhei por vários anos o percurso dessa luta, em suas diferentes fases, boa parte dela documentada em livro de cuja organização participei (*Direito à Memória e à Moradia. Realização de Direitos Humanos pelo Protagonismo Social da Comunidade do Acampamento da Telebrasília*, Universidade de Brasília, 1998).

**Este livro põe em relevo** as circunstâncias complexas de diferentes momentos da manifestação de uma consciência de direitos, afirmada na ação da comunidade, afinal inscrita na formação de uma Associação de Moradores, que soube conduzir a unidade de um movimento social constituído como sujeito coletivo de direito e em condições de realizá-lo. Nesse passo, e de forma nítida, pôde-se constatar claramente a ação da coletividade em sua subjetividade mediadora pronta para abrir, como lembra Marile-

na Chauí, "o Direito para a História e, nessa ação, para a política transformadora".

Foi desse modo, e em ações semelhantes nas periferias dos espaços urbanos desde os anos 1970, que movimentos sociais com crescente legitimação forjaram a agenda internacional do direito de morar, inscrevendo-o nas declarações de direitos (conforme a Declaração de Istambul, *Habitat II*, ou Cúpula das Cidades, 1996), para depois projetá-lo nas legislações de zoneamento urbano e, no caso brasileiro, na Constituição Federal, após 1988, por impulso dos movimentos sociais por moradia (tratei disso num texto de 1982, *Fundamentação Teórica do Direito de Moradia*, Revista Direito e Avesso, Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, nº 1).

**A luta da comunidade** da Vila ganhou adensamento nesse trânsito, primeiro como ação política de movimento, depois como construção social de sentido. Destaca-se aí a vitória obtida com a promulgação da lei distrital 161/91, de autoria do deputado Eurípedes Camargo, inicialmente vetada pelo governador e afinal sancionada com a derrubada do veto, aliás o primeiro veto derrubado na história da Câmara Distrital.

Mas a principal vitória da comunidade deu-se, a meu ver, no campo simbólico. Refiro-me ao enfrentamento da objeção de fixação da Vila, apoiada no discurso do tombamento do Plano Piloto como forma seletiva de apropriação da cidade.

**Foi nessa circunstância** que a comunidade da Vila reivindicou uma dimensão social para configurar o Plano de Brasília, ao lado das escalas arquitetônica, monumental e bucólica, estabelecendo, para além de sua condição de *urbs* e de *civitas*, bela, moderna e funcional, concebida na genialidade do projetista, uma verdadeira *polis*, construída pelo protagonismo social, inscrito na História, dando a Brasília a dimensão que lhe faltava, a escala humana.

ARTHUR MONTEIRO



**José Geraldo de Souza Júnior**

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

**A comunidade reivindicou uma dimensão social ao lado das escalas arquitetônica, monumental e bucólica de Brasília; assim estabeleceu, para além de sua condição de *urbs* e de *civitas*, uma verdadeira *polis*, construída pelo protagonismo social.**

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Dôo Talento* (veja em [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br))

# O direito de ter direitos

Usha Velasco

Os moradores do antigo Acampamento da Telebrasilândia, no extremo sul da Avenida das Nações, à beira do lago Paranoá, podem dormir tranquilos desde janeiro. Mais de cinquenta anos após se estabelecer no local, e depois de duas décadas de uma acirrada luta para não ser removida, a comunidade comemora o recebimento das escrituras e a urbanização definitiva da Vila, com asfalto, posto policial e outras benfeitorias.

Não se trata de uma dádiva do governo. Pelo contrário. Essa conquista é resultado de uma mobilização sem precedentes no DF, tanto pelo grau de envolvimento e de organização dos moradores quanto pelo tempo em que eles conseguiram resistir às tentativas de remoção. “A comunidade não aceitou ser colocada à margem da história e do espaço urbano; ela conseguiu estabelecer uma interlocução com a cidade, com a sociedade brasileira”, afirma José Geraldo de Souza Júnior, reitor da Universidade de Brasília e professor da faculdade de Direito, que desde 1988 acompanha o caso (leia na p. 5).

“Foram vinte anos de luta, mas, para o tamanho da vitória, até que não foi tanto tempo. Difícilmente uma batalha desse porte é finalizada pela mesma geração que começou”, avalia Antônio José Carvalho, vice-presidente da Associação de Moradores do Acampamento da Telebrasilândia (AMAT). Foi uma batalha de Davi contra Goliás: de um lado, o governador do DF, a Terracap, o Iphan, a especulação imobiliária, a imprensa. De outro as famílias humildes, em sua maioria parentes dos pioneiros que vieram construir Brasília.

Não eram os mesmos pioneiros da Vila Planalto, tombada como patrimônio histórico em 1988. “Esses eram privilegiados: lá moravam os engenheiros, aqui morava a piãozada”, conta Antônio, que é pedreiro. “Por isso acho que eles não tiveram tantas dificuldades quanto nós. Não chegaram a sofrer ameaças de retirada”, explica.



A nova cara da Vila: o tempo das ruas de terra e dos barracos de madeira ficou para trás

ARTHUR MONTEIRO

*Cinquenta anos depois de se estabelecer no local, moradores da Vila Telebrasília recebem as escrituras de suas casas. Esse é o resultado de vinte anos de luta contra a remoção, numa mobilização comunitária sem precedentes no DF*





João Almeida, presidente da Associação dos Moradores: mobilização da comunidade pelo direito de morar

## Protagonismo social

Na rua de entrada, uma placa avisa: "Aqui tem história". A Vila surgiu quatro anos antes da inauguração de Brasília, em 1956; chamava-se Acampamento Camargo Corrêa. O professor João Almeida, presidente da Associação de Moradores, conta que o nome ia mudando conforme a empresa empregadora: "Já foi Acampamento DTUI (Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos) e Acampamento da Cotelb (Companhia Telefônica de Brasília), antes de virar Acampamento da Telebrasil, na década de 70."

Porém, o fato de os moradores terem testemunhado a construção da cidade e de viverem ali há 34 anos não impediu que, em 1990, o governador Joaquim Roriz decidisse removê-los. "Ele prometeu regularizar a Vila e garantiu que ficaríamos morando aqui,

mas logo que foi eleito fez exatamente o contrário", lembra João.

Mobilizada desde 1988 em torno da Associação de Moradores, a comunidade reagiu e não aceitou ser retirada. "Ali emergiu uma consciência histórica, um protagonismo social, a noção do direito de ter direitos", afirma José Geraldo de Souza. Ele coordena há vinte anos o Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Direitos Humanos e Cidadania, formado por alunos e professores da UnB, que apoiou a luta dos moradores em parceria com outras faculdades.

"O Serviço Social trabalhou o protagonismo social e a consciência histórica; a Arquitetura contribuiu com a demarcação das áreas e o projeto urbanístico; o Direito, com a defesa da lei e do direito à moradia", conta.



Antônio Carvalho (esq.), com Dona Maura e Seu Antônio, dois dos moradores mais antigos da Vila



## Vitória candanga

“Tivemos a ajuda de vários anjos”, diz Antônio Carvalho, lembrando o apoio da Universidade de Brasília, do PT e da Ordem dos Advogados do Brasil: “Sem isso, não sei se teríamos conseguido vencer. Os adversários eram fortes demais.”

Antônio cita também a iniciativa do então deputado distrital Eurípedes Camargo, que em 1991 apresentou o projeto de lei 161, determinando “a fixação definitiva do Acampamento da Telebrasilândia no próprio local onde está estabelecida”. Aprovado na Câmara, o projeto foi vetado pelo governador. Porém, a mobilização dos moradores garantiu votos suficientes para que os deputados derrubassem o veto.

O governador, porém, ignorou a lei e continuou tentando retirar os moradores. “Todas as pessoas que tinham alguma influência na comunidade foram pressionadas, até os padres e pastores. O governo derrubou nossas três igrejas”, conta Antônio.

“Cada vez que criava uma nova cidade, Roriz tentava convencer nossas famílias a se mudar”, lembra ele. Algumas aceitavam. Levavam os móveis e materiais aproveitáveis; depois, os tratores do governo derrubavam a casa. “Eles reviravam o terreno e aproveitavam para jogar o entulho nas ruas, para atrapalhar ao máximo a nossa vida”, diz Antônio.

Por ser um líder comunitário, nessa época ele foi especialmente visado: “Quando meu vizinho se mudou, os tratores derrubaram a casa, quebraram a fossa e jogaram toda a porcaria na frente da minha casa, bem na porta”, conta. “Você não imagina o cheiro. Tive que abrir uma passagem pelos fundos do lote para poder sair de casa.”

Segundo José Geraldo de Souza, essas ações faziam parte de uma “estratégia terrorista”: “O governo tentou convencer os moradores de que eles eram invasores e, portanto, tinham que se mudar. Tentou descaracterizar a legalidade do acampamento, inclusive com derrubada de barracos e ações policiais muito agressivas. Por fim, já no último mandato, entrou com uma ação civil pública para desqualificar a lei, mas não conseguiu.”

Para ele, a vitória da comunidade foi uma vitória da cidadania: “Eles conquistaram o direito de

permanecer no local em que construíram sua história e sua identidade; permaneceram ali como comunidade candanga, construtora da cidade.”



Campo gramado, posto policial em construção, serviço de limpeza urbana e ruas asfaltadas: conquistas recentes, após vinte anos de muita luta

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

## DEPOIMENTO • Remando contra a maré

*Maria Rosineide Peixoto de Sousa é uma mulher batalhadora. Foi lava-deira, sacoleira e dona de bar; há dez anos montou o Mercado Família, que emprega seis funcionários. Nesse meio tempo, criou três filhos e tornou-se líder comunitária. Há dezoito anos integra a Associação de Moradores do Acampamento da Telebrasília (AMAT). Neste depoimento, dona Neide, como é conhecida, conta como foi a luta da comunidade pela direito de morar.*

“Eu cheguei do Maranhão há 25 anos, com meu marido e três filhos pequenos. Vim para o Acampamento, como chamávamos na época, por causa de um tio que morava aqui. Ele foi pioneiro na construção de Brasília.

Naquela época, nossa preocupação eram as condições precárias desse lugar: de dia faltava água, de noite faltava luz... As ruas todas eram de terra, não tínhamos esgoto, os barracos eram todos de madeira. Ao mesmo tempo, era também um lugar muito tranqüilo. Podíamos dormir com a porta aberta, porque todo mundo se conhecia. Era como viver no coração de Brasília e ao mesmo tempo morar na roça.

Ainda não tínhamos medo de ser expulsos; isso só aconteceu depois que Roriz chegou. Na época da sua primeira campanha ele veio aqui fazer comício, reconheceu nossa história, o valor dos pioneiros, prometeu urbanizar o Acampamento. Lembro que ele falou: “Quem tirar vocês daqui não ama Brasília!”

Três ou quatro meses depois de tomar posse, ele veio aqui de novo. Dessa vez, negou tudo o que tinha falado antes. Disse que não podíamos mais ficar, que todos iam ter que sair.

Nós criamos a Associação de Moradores mais ou menos na época da cam-

panha eleitoral. Tínhamos diálogo com o governador, votamos nele, acreditamos nas suas promessas. Mas ele passou a não nos receber mais; de repente, todas as portas se fecharam.

Nessa época ficou tudo muito sofrido para nós. Os barracos estavam caindo, mas o governo não deixava a gente consertar; não podíamos fazer nem um banheirinho a mais. Você imagina como é desconfortável um banheiro de madeira... Mas vinha fiscal, derrubava a obra, levava embora o material de construção.

A gente não tinha nada, nem uma luz no fim do túnel. Então o deputado Eurípedes Camargo fez a Lei 161/91, garantindo o nosso direito de viver aqui. Foi como um galhinho para a gente se segurar, no meio da correnteza. A Câmara aprovou a lei, mas o governador vetou. Então, a Câmara derrubou o veto dele.

O Roriz ficou uma fera. Para ele, era como se a lei não existisse. Ele queria nos tirar daqui de qualquer maneira, ele queria essa área... Imagina quem não ia querer uma área nobre como esta!

As maldades que ele fez aqui, isso a gente nunca esqueceu. Um dia derrubaram cinco barracos, deixaram cinco famílias com a roupa do corpo. Levaram tudo, roupas, móveis, até as escovas de dentes. Levaram e trancaram num depósito, perto da Rodoviária. Tivemos que entrar na Justiça para eles devolverem.

Durante todo o governo dele, a pressão foi muito grande, de todos os lados. Era governo, polícia, até a imprensa... O jornal chamava isso aqui de “invasão da Telebrasília”, quando, na verdade, estávamos dentro da lei, nunca fomos invasores. A revista Veja publicou que o governador tinha removido a última favela de Brasília – a nossa. E ele chegou a falar para nós, pessoalmente, que nós éramos “gentinha” e que ele ia “limpar essa área”, como se nós fôssemos sujeira.

Quando criou o Riacho Fundo, o governador achou que ia conseguir tirar todo mundo daqui. Realmente, nessa época, depois de anos de pressão em cima da gente, metade das famílias se mudaram. Todos ganharam lotes. Ficamos sabendo que o governo oferecia mais lotes para quem conseguisse influenciar os outros, tirar mais gente daqui.

Você não imagina como a gente se sentia, vendo o Riacho Fundo todo urbanizado, com asfalto, água, luz, e aqui, nada... Minha família toda foi para lá, todos os meus irmãos; só eu e minha mãe ficamos. Eu resolvi ficar e lutar, porque foi uma decepção muito grande dar meu voto a um político e ele não cumprir a sua palavra. Ele tinha que saber que a gente tinha o direito de ficar aqui.

Foi por isso que entrei para a Associação de Moradores, há dezoito anos. Nunca pensei que eu fosse ser uma líder comunitária. Até brigas de casal a gente tinha que administrar: marido e mulher se separavam e vinham nos procurar para saber quem ficava com o lote. Nós éramos consultados sobre tudo. Os moradores tinham medo até do recenseamento, não queriam falar com ninguém antes que a Associação visse do que é que se tratava.

Tivemos também que vigiar a área contra invasores. Muita gente tentava se instalar ao redor, na calada da noite. Tínhamos que sair da cama de madrugada para colocar as pessoas para correr. Até ameaça de morte nós recebemos. O governo não ajudava em nada, achava bom que invadissem, para virar favela e reforçar seus argumentos.

Foram anos de muita tristeza, muita atribulação. A gente ia dormir sem saber se no dia seguinte a casa ainda estaria de pé. Tinha que ter muita coragem. A gente cansa, sabe? Todo dia era barraco derrubado, fossa quebrada, su-

“ Ele [o governador] chegou a falar que éramos ‘gentinha’ e que ele ia ‘limpar essa área’, como se nós fôssemos sujeira. ”

## “ A gente ia dormir sem saber se no dia seguinte a casa ainda estaria de pé. Tinha que ter muita coragem. ”

jeira espalhada... A gente pensava: ai, Deus, será que um dia vamos vencer?

Quando Cristovam se tornou governador, a situação mudou. Ele mandou fazer o EIA-RIMA para começar o processo de urbanização. Mas esse relatório ia, voltava, nunca ficava pronto. Porque, quando chegava em qualquer repartição com funcionários do lado do Roriz, a coisa não andava. Eles engavetavam mesmo. Acho que tinham muita raiva da gente. Mesmo assim, as coisas acabaram andando. No final dos quatro anos do governo Cristovam, já estávamos com o projeto urbanístico pronto, os lotes demarcados, a terraplanagem feita. As obras de asfaltamento já estavam até licitadas. Mas Roriz ganhou a eleição e a perseguição recomeçou.

Nos primeiros quinze dias do novo

governo — imagina só, em duas semanas! — ele fez toda uma área nova no Riacho Fundo, dizendo que era para nós. Fomos lá para ver, mas não aceitamos sair daqui. Foi uma reunião desastrosa, virou um verdadeiro bate-boca. Lembro que o governador falou: “Vou passar a máquina em cima da casa de vocês.” Parecia que era uma coisa pessoal, uma teimosia. Naquele dia ele me disse: “Você sabe que eu nunca senti sabor de derrota na vida.”

A última coisa que ele fez contra nós foi tentar derrubar a lei 161/91 de novo. Nessa ocasião passamos uma semana na Câmara Distrital, pedindo o apoio dos deputados. Conseguimos. Ele viu que não ia ganhar e desistiu. Depois disso, sossegou. Não moveu nem uma palha para melhorar a nossa situação, mas pelo

menos parou de nos perseguir.

Ninguém aqui na Vila acreditava que o Arruda ia fazer alguma coisa, porque ele foi secretário de Obras do governo, naqueles anos difíceis. Mas ele atendeu nossas reivindicações: asfaltou, fez mais uma parada de ônibus, o campo de futebol, o posto policial, a praça para as crianças. E o principal: as escrituras. Claro que não foi fácil; no começo, tivemos que pressionar até para sermos recebidos. Mas conseguimos, finalmente.

Foram vinte anos de luta. Aprendemos muita coisa; todo dia aprendíamos um pouquinho. Hoje a gente se sente cidadão, com a escritura da nossa casa. Temos prazer de morar aqui. Eu me sinto muito orgulhosa, porque todo mundo dizia que estávamos remando contra a maré, que nunca íamos conseguir.”

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

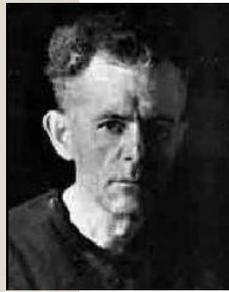


Dona Neide, líder comunitária, e seu mercado: “Resolvi ficar e lutar”

# Diálogo com as cidades

Brasília é um museu a céu aberto. Poucas cidades no mundo têm esse privilégio. Nas ruas, nos gramados, nas fachadas, no interior e no exterior dos prédios estão expostos trabalhos dos maiores artistas modernos brasileiros. São tantos que, muitas vezes, estão ao nosso lado e nem notamos. A cada edição, esta seção mostrará o trabalho de um artista.

Este mês você vai conhecer a obra de Franz Weissmann.



Franz Weissmann nasceu na Áustria, em 1911, e veio para o Brasil ainda criança. O pai e os quatro filhos (Franz era o segundo) trabalharam na lavoura de algodão, no interior de São Paulo. Alguns anos depois foram para a capital, onde o pai montou uma pequena fábrica de carrocerias para ônibus em São Paulo.

Aos dezesseis anos Franz saiu de casa e trabalhou em vários "bicos", até matricular-se no curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes. Morou em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Abandonou a faculdade para estudar pintura e escultura, e pouco depois tornou-se aluno de August Zamoyski, escultor polonês radicado no Brasil. Com ele, aproximou-se cada vez mais das tendências geométricas derivadas do cubismo.

Em Belo Horizonte Weissmann participou da criação da primeira escola mineira de arte moderna, em parceria com

Guignard, entre 1944 e 1956. Nessa época ele passou a trabalhar com metal, que se tornou a marca registrada de suas obras.

Segundo o poeta Ferreira Gullar, fundador do movimento neoconcreto, "a arte concreta encontrou, no campo da escultura – ou da construção no espaço real – terreno mais propício para seu desenvolvimento do que na pintura – espaço bidimensional. (...) Weissmann aprofunda essa expressão, encontrando ritmos cada vez mais econômicos e mais diretos. Chega enfim a estruturas de grande leveza, ricas de perspectivas que se impunham ao espectador como um milagre de captação dessa coisa impalpável e fugidia que é o espaço."

Entre 1970 e 1990, já consagrado, Weissmann participou de dezenas de exposições nacionais e internacionais, além de ganhar vários prêmios. Ele pregava a união entre a arte e a vida cotidiana; por isso, dedicou-se a criar obras monumentais, que dialogam com os espaços urbanos.



Acima, Grande Flor Tropical (Memorial da América Latina - SP). Ao lado, sem título, Coluna Neoconcreta nº 1 e Fita Amarela



*Monumento à democracia* (1990) é uma ampliação da escultura *Três pontos* (1958). Em aço pintado, fica na entrada do Museu de Arte de Brasília

ARTHUR MONTEIRO



*A maior riqueza do homem  
é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como  
sou – eu não aceito.  
Não agüento ser apenas um  
sujeito que abre  
portas, que puxa válvulas,  
que olha o relógio, que  
compra pão às 6 horas da tarde,  
que vai lá fora,  
que aponta lápis,  
que vê a uva etc. etc.  
Perdoai  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem  
usando borboletas.*

*Manoel de Barros*

# Brincando com as palavras

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.



Com muitos versos e rimas se fez a trajetória do analista judiciário do STM, Adaglion Aires de Andrade, como escritor. Há 21 anos ele se dedica constantemente à leitura e a escrever poemas com dedicação e carinho.

“Lembro que, quando tinha catorze anos de idade, na 8ª série, num colégio de Goiânia, a professora de re-

dação pediu para a minha turma escrever um texto. Eu optei por escrever em forma de versos. A professora gostou, elogiou bastante; isso me fez acreditar que eu tinha competência para trabalhar a palavra”, conta ele.

Mas Adaglion também recorda que aquela não foi a primeira vez em que ele entrou em contato com o mundo

encantado das palavras. Ainda pequeno, com sete ou oito anos, ele escreveu dois versos, empolgou-se e falou para a mãe: “Um dia serei poeta.”

Nesses 21 anos, o analista judiciário escreveu dois livros de poesias, ainda não publicados. “Faltam somente alguns ajustes. Pretendo publicar um deles ainda este ano”, revela.

Talvez Adaglion tenha herdado a habilidade de escrever de seu tio, Aidenor Aires, um “inventor de metáforas” – apelido criado pelo sobrinho. Ele confessa ser um grande admirador da obra do tio, um poeta com vários livros publicados.

Além de ser um prazer e uma terapia, a poesia transforma a vida e até o ambiente de trabalho, segundo o analista judiciário: “Quando escrevo um bom poema, meu sorriso aparece mais, aumenta a empolgação, fico mais disposto. Escrever é uma combustão enorme. Sou movido à poesia”, confessa.

“De certa forma, escrever significa para mim a liberdade de brincar com as palavras, como se eu estivesse me divertindo com uma bola. Escrever faz parte de mim”, afirma o poeta. Mas ele também faz questão de lembrar que a atividade criativa não é tão fácil quanto muita gente pode pensar: “Li uma frase de Cecília Meireles que explica isso muito bem: ‘Escrever é duro como quebrar pedras’.”



Adaglion Aires:  
“Escrever é uma  
combustão enorme”

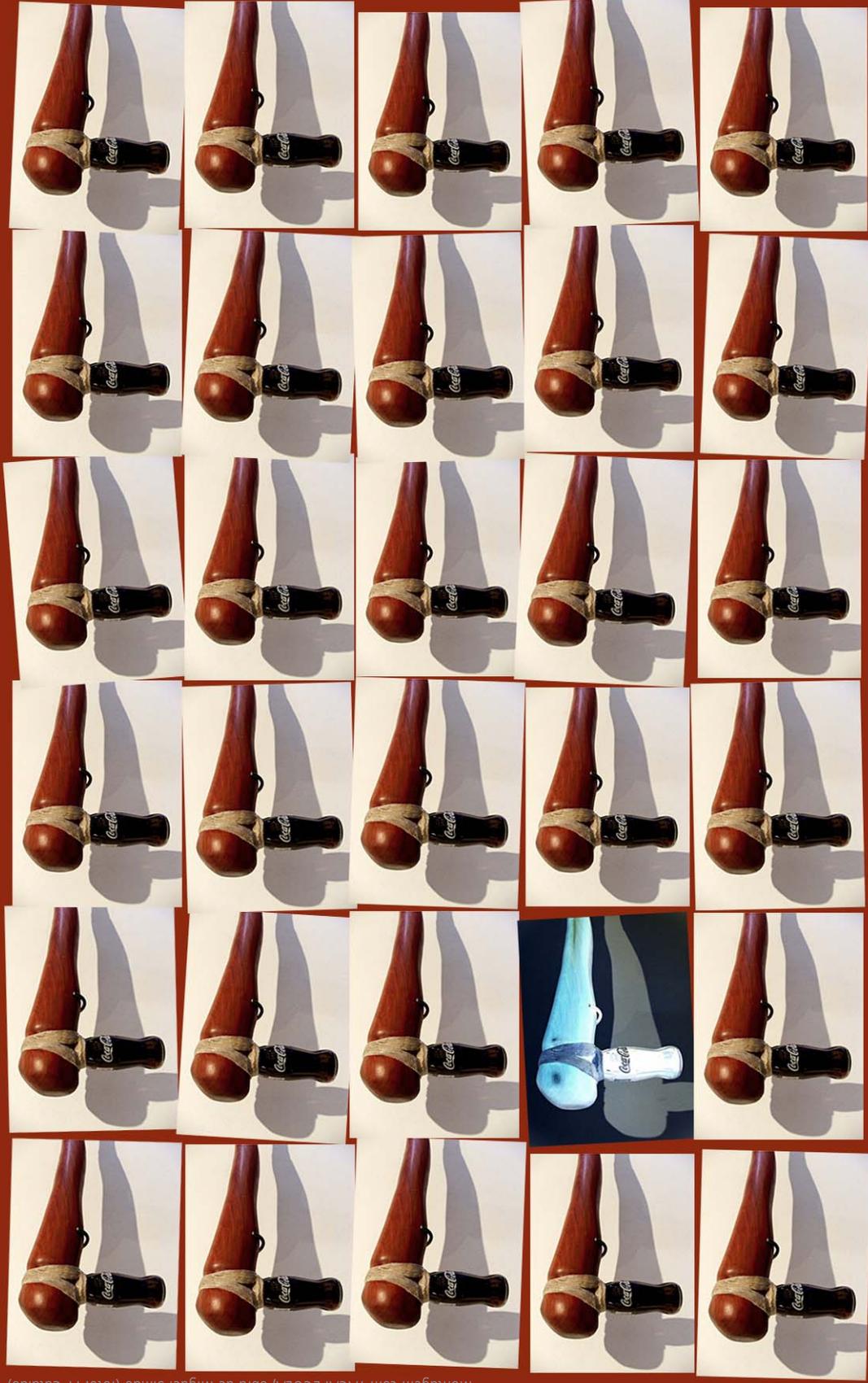
ARTHUR MONTEIRO

## INSPIRAÇÃO

Para Adaglion, escrever é uma terapia, uma brincadeira e um ato de amor, como revelam esses versos do seu poema *Inspiração*:

Trabalho fiando  
meu casulo.  
Fio por fio amando.

Insuflo essas linhas  
que, às vezes, costumam  
a boca das palavras.



Montagem com TACAPCOLA, obra de Miguel Simão (foto: TT Catalão)

# A carnavaivalização da política: Fórum Social Mundial e Davos

A carnavalização é um jogo estético a que movimentos descobrem para o protesto que precisam ser "narrados" com novos elementos de cena. Uma espécie de dramaturgia de rua, politizada, obviamente panfletária, mas com alguma arte, graça, tumor e humor conspirando para que os recados não sejam tão áridos ou pregações para convertidos (aquele discurso em clichê que repete o que a mesma platéia quer ouvir). O pessoal do meio ambiente inovou antes nessa festa cívica e os grupos antiglobalização radicalizaram na estética do grito a partir de 1999, quando 50 mil manifestantes invadiram Seattle, EUA, contra o tal "pensamento único", "império da globalização", OMC, FMI, bancos, corporações etc. Na época escrevia para o Correio Braziliense e nossas matérias iam para o mural do encontro. Para minha surpresa um trecho de um artigo meu virou faixa de rua (não foi a primeira vez): TUDO para TODOS. Uma utopia romântica revigora. E uma ilustração montagem ilustrou um panfleto: era uma criança sorrindo com seus dentes rompendo (mastigando) um código de barras comercial e o texto "quem tem de ser especial é você, não o seu cheque". Passados 10 anos com a criação do Fórum Social Mundial em 2001 (quando a anarquia ganhou um certo crachá) e agora nessa virada (ao menos emocional) do mundo. Continuamos. Carnavalizar não é deboche é descompressão para colocar prazer na consciência de luta.

Os Fóruns de Davos, Suíça, e o Social Mundial, Belém, cumpriram em 2009, emblemática função estética para esse momento do mundo. Mais que as férteis discussões da diversidade, em Belém, ou as tentativas de saídas econômicas contra a perplexidade, em Davos, os encontros plasmaram a cara dos contrapontos que sempre demonstraram. É a peleja do "um outro mundo é possível" (FSM) versus "desse jeito ficou impossível" (Davos).

Caiu a arapuca do "diga-me quanto deves e eu direi o quanto és grande", linha Davos; confirma-se o "e agora, vamos ficar só no protesto ou entramos no rolo?", linha Belém. Observação, para o FSM, fez o sociólogo Boaventura Santos na Revista Fórum desse mês ([www.revistaforum.com.br](http://www.revistaforum.com.br)): "Penso que o FSM pode assumir uma liderança maior, com espaço aberto. Se os movimentos sociais estivessem preparados com propostas muito concretas do que pode ser feito, neste momento de suspensão do sistema mundial devido à crise e ao novo governo dos EUA, penso que algumas alianças poderiam ser feitas com organizações e mesmo com partidos dentro do establishment que percebem que suas soluções não funcionarão".

Emir Sader, uma outra cabeça máster dos diversos Fóruns, avaliou o encontro cobrando mais rua no Fórum. "Parece que está girando em falso",

continua Sader. Toca na questão sensível da "autonomia em relação aos governos". Posição meritória, consta na Carta de Princípios, pela estupefanda linha de independência que permite inúmeras correntes. O risco é a síndrome do adolescente que aceita mesada e quer continuar radicalmente isolado. As correntes ansiosas para "comprovarem" que o FSM se esgota sob "clichês desatualizados" não divulgaram a reflexão que Sader fez após a autocrítica: "Onde estão as massas nas ruas mobilizadas pelas ONGs? Quem faz o Fórum são os movimentos populares. Elas [ONGs] têm lugar, mas o protagonismo tem que ser dos movimentos sociais".

Isso já não interessaria, pois toca no ponto vital da tal crise que no momento é ainda virtual e de números e ainda não chegou às ruas. Ainda não chegamos a ira das ruas em cobranças explícitas pelo "bancal do esbanjamento" (para usar um termo dos anos 70 do velho líder Lutzenberg) ou quando a coisa começar a repercutir não só nas bobagens materiais em falta e chegar ao alimento escasso nas mesas. De certa maneira a mobilização é o fator que desestabiliza os "gênios dos carpetes" que confundem fórmulas racionais com a vida pulsante. Um fato marcante na eleição de Obama, por exemplo, foi a concorrência maciça de, digamos, uma participação comunitária decisiva ou "militante" (algo incomum no sistema bipartidário dos EUA na linha Pepsi ou Coca). Os netroots, pessoas comuns coletando doações de campanha, revelaram um tipo de compromisso que mexeu na balança da mesmice viciada do sistema. Quem sabe continuam como original força de pressão sobre o núcleo duro de poder ainda intacto da era-sapatada Bush?

Veja esse parágrafo de abertura de um artigo jornalístico, publicado em 31 de janeiro de 2009: "Quando o governo ampliou o Bolsa Família, entendeu-se como ganstaça federal. Quando o BNDES comprou ações da Aracruz e da Votorantim, entendeu-se como medida contra a crise. Com a primeira decisão, o governo vai gastar meio bilhão de reais e beneficiar 1,3 milhão de famílias pobres; com a segunda, está gastando dois bilhões e meio de reais para beneficiar quatro famílias ricas". Acha que saiu em algum blog à esquerda? Pois foi Miriam Leitão em sua coluna no jornalão O Globo. Não é nada, não é nada, pode ser nada mesmo, como diria o Barão de Itararé, mas que os discursos estão voláteis e as viradas zunindo para todos os lados isso estão. No clima de "moldar o mundo pós-crise", em Davos, rogam pelo Estado quem pregava absoluta farrá do "livre mercado"; ou aceitam-se forças de Estado que sejam progressistas, como alguns do FSM desejam. A questão é manter a luta raiz da cidadania que sempre saberá distinguir entre libertos e libertários, porque no fundo desejamos mesmo é o tal mundo melhor com tudo para todos.

# Em busca de equilíbrio

Praticante de Sahaja Yoga, Cynthia (centro) medita duas vezes por dia, sozinha, e uma vez por semana com as amigas Renata e Ângela: "Meu organismo funciona muito melhor"



*Terapias complementares à medicina tradicional são cada vez mais utilizadas para garantir a saúde do corpo e da alma*



ARTHUR MONTEIRO

## Fabiola Góis

Técnica alternativa não serve mais para denominar as dezenas de terapias não-convencionais, como acupuntura, homeopatia, terapia com florais e iridologia. Afinal, o que é alternativo em um mundo cada vez mais aberto a práticas não-tradicionais? Na China, por exemplo, muito do que classificamos como não-convencional é o convencional. E os adeptos crescem no Brasil. No Judiciário, a tendência não é diferente. Tribunais e Ministério Público se preocupam com a qualidade de vida do servidor e oferecem atendimento nos próprios órgãos. A promessa é de garantir a prevenção e o tratamento de doenças que nem sempre a medicina tradicional consegue explicar.

Os adeptos e estudiosos do assunto explicam o porquê de se reparar o termo "terapias alternativas". Cientista renomado, médico e professor titular do Laboratório de Imunologia Celular da Universidade de Brasília, Carlos Eduardo Tosta explica o erro: "O termo é inadequado porque dá a entender que tais terapias seriam alternativas às terapias convencionais. Elas não são alternativas; são complementares."

O professor Tosta afirma que há uma tendência de que essas terapias sejam cada vez mais adotadas. Várias secretarias de saúde no Brasil, inclusive a do Distrito Federal, já adotam oficialmente recursos terapêuticos como homeopatia, acupuntura, fitoterapia, chi kung, automassagem e meditação. "Todas essas práticas têm eficácia comprovada em várias condições clínicas. Essas terapias têm importante aplicação nos casos de doenças crônicas, onde a medicina ocidental convencional apresenta eficácia limitada", afirmou.

Para Tosta, a medicina convencional do ocidente geralmente se limita a tratar a manifestação da doença: anti-inflamatório no caso de inflamação, reposição hormonal na falta de hormônio, retirada de um tumor, correção de uma fratura. A diferença é que as terapias não-convencionais, como homeopatia e aquelas baseadas nas medicinas tradicionais indiana e chinesa, atuam sobre as causas da doença, muitas vezes no nível energético.

### EFICÁCIA

"Homeopatia, acupuntura, fitoterapia, automassagem e meditação têm eficácia comprovada em várias condições clínicas onde a medicina ocidental é limitada."

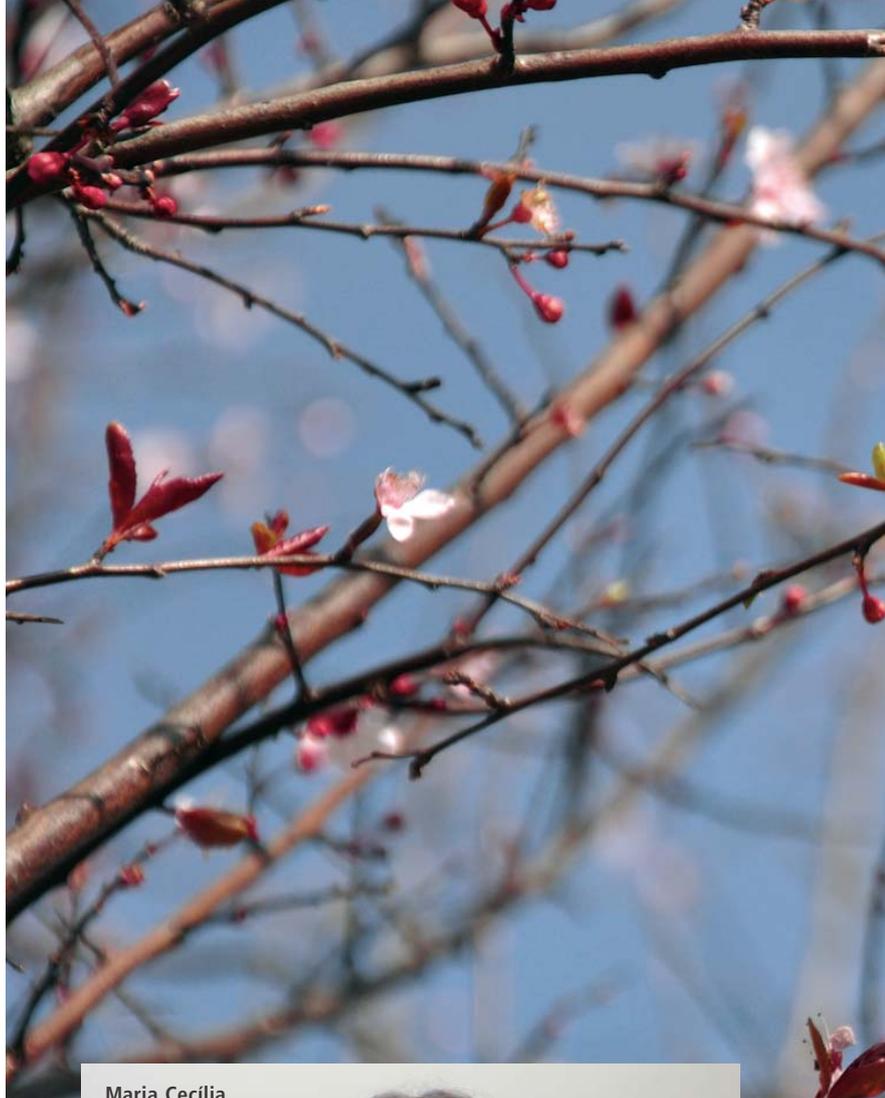
*Carlos Eduardo Tosta, médico e professor do Laboratório de Imunologia Celular da UnB*

É diante desse cenário que a técnica judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) Cynthia Aspesi, 39 anos, é adepta da meditação. Todos os dias, às 6h30, antes de trabalhar, a servidora medita de 10 a 15 minutos. Repete a prática antes de dormir. É adepta da Sahaja Yoga, um método para obter a auto-realização de forma espontânea, com a união da consciência com o nosso ser interior. Ela acredita que a Sahaja Yoga é o passo seguinte na evolução da consciência humana. Foi criada pela indiana Shri Mataji Nirmala Devi em 1970 e, desde então, espalhou-se por mais de 70 países em redor do mundo.

Cynthia Aspesi conta que encontrou na técnica o equilíbrio espiritual e mental tão importante nos dias de hoje. "A meditação não só tranqüiliza, mas também promove o equilíbrio do ser humano como um todo", afirma. Ela começou a praticar Sahaja Yoga há dois anos, quando buscou tratamento para tensão pré-menstrual, e não mais parou. Hoje, conta que dorme melhor e não sofre com doenças. "Praticamente não tomo remédios alopáticos. Se, por acaso, ficar doente, tratarei com homeopatia. Assim, o meu organismo funciona muito melhor", diz.

A servidora está no caminho certo, como confirma o professor Carlos Eduardo Tosta: "Em minha opinião, a meditação é a prática mais poderosa para a manutenção da saúde e a cura de doenças, por ser uma terapia multidimensional. Ela atua sobre os quatro níveis onde a doença pode se iniciar e ser mantida: físico, psíquico-emocional, interpessoal e espiritual."

Tosta coordena um grupo de pesquisa na Faculdade de Medicina da UnB que pesquisa o impacto psico-neuro-endócrino-imunológico da meditação prânica em indivíduos da comunidade e em pacientes com câncer de mama. A cura prânica estabelece o equilíbrio da vitalidade do organismo, detectando e corrigindo desarmonias na sua circulação: deficiências, excessos ou bloqueios. Esse é assunto de dois projetos de mestrado e um de doutorado na Universidade. A perspectiva do professor é que, em breve, sejam iniciados mais dois projetos sobre o impacto da meditação prânica em outras condições médicas.



AGATA URBANIAK

Maria Cecília Morato, terapeuta floral do TJDFT: mudança de hábitos



ARTHUR MONTEIRO



ARTHUR MONTEIRO



Ana Lúcia Sodré:  
"Nunca pensei  
que pudesse fazer  
efeito tão rápido"

## O poder das flores

Estimativa da Associação Brasileira de Medicina Complementar indica que mais de quatro milhões de brasileiros utilizam alguma forma de terapia não-convencional para tratar doenças. Profissionais médicos e não-médicos dos tribunais e do Ministério Público convivem com a alta procura de servidores por práticas não-convencionais. O TJDFT montou, em 2000, o Programa de Medicina Preventiva (Promep) para atender os pacientes no próprio Tribunal. Uma das três profissionais que atua na área é a analista judiciária Maria Cecília Morato, formada em Serviço Social na área clínica e de saúde mental.

Após fazer o curso de especialização em Terapia Floral, Morato decidiu se dedicar ao trabalho e conquistou adeptos no Tribunal. "Temos uma visão mais ampla do ser humano e bus-

camos qualidade de vida para essas pessoas. Os florais ajudam no processo de mudança de hábitos e de percepção; é um trabalho de autoconhecimento", explica. A essência floral é um preparo natural elaborado a partir de essência de flores, plantas ou arbustos, que garante o equilíbrio das emoções do paciente.

Além da terapeuta Maria Cecília Morato, o Promep tem uma farmacêutica e uma técnica de enfermagem que trabalham, respectivamente, com aromaterapia (tratamento baseado no efeito que os aromas de plantas provocam no indivíduo) e massoterapia (diversas técnicas holísticas de origem oriental e ocidental, exercidas por meio de massagens).

Ana Lúcia Brandão Sodré, 34 anos, analista judiciária do TJDFT, é a prova de que os florais dão certo. Ela

conta que desde criança sofria de insônia crônica. Eram horas acordadas de madrugada, que provocavam transtornos físicos e mentais durante o dia. "Cheguei a tomar remédio de tarja preta para conseguir dormir. Os médicos nunca descobriram a origem do problema. Nunca tive depressão, problemas cardíacos ou trauma na infância que pudessem justificar a insônia", conta.

Ela decidiu procurar técnicas não-convencionais no ano passado porque pretendia engravidar, o que a impediria de tomar os remédios controlados. Em maio, Ana Lúcia Sodré começou a usar as gotinhas — os florais são administrados via oral por meio de gotas, numa solução diluída em álcool. E começou a reduzir os medicamentos. "Em setembro, eu não tomava mais remédio tarja preta. Nunca pensei que pudesse fazer efeito tão rápido", diz a servidora, hoje grávida de dois meses.

## Mais próximos dos pacientes

Quem lamenta a falta de espaço e de profissionais para atuar na Procuradoria Geral da República (PGR) é o cardiologista Messias Dias de Araújo Júnior, secretário do Serviço de Saúde da PGR. Com quarenta anos de profissão, o médico reconhece o avanço da medicina não-convencional e promete lutar para que o órgão tenha um setor que cuide dos servidores de forma menos tradicional. "Ainda há resistência no meio médico, mas isso será superado. Houve progresso tecnológico na medicina,

mas não na parte clínica", reclama. Araújo Júnior reconhece a importância da homeopatia e da acupuntura na cura e tratamento de doenças. Elas são as duas únicas práticas médicas não-convencionais reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

A acupuntura, ramo da medicina tradicional chinesa que usa a aplicação de agulhas em determinados pontos do corpo, é a técnica usada pela

médica pediatra Magda Montalvão de Albuquerque. Há dez anos ela abandonou a medicina convencional e passou a se dedicar à prática chinesa. "Foi a oportunidade que encontrei para ficar mais próxima dos meus pacientes. Eles me contam como se sentem, o que acontece em suas vidas e me pedem conselhos. É uma abordagem do ser humano como um todo", relata.

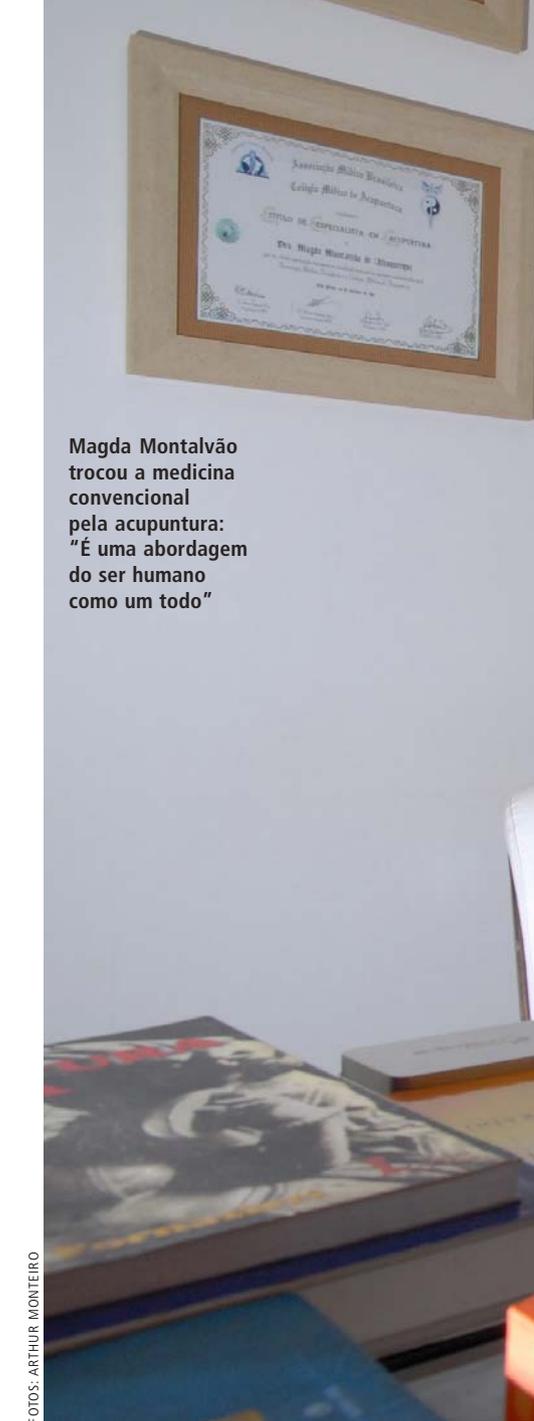
Formada em Medicina há trinta anos, Magda Montalvão procurou a

Universidade de Brasília para fazer uma pós-graduação na área. "Fiquei encantada com a acupuntura. Hoje me sinto extremamente feliz com a minha escolha", afirma. A médica passou dois meses em Pequim, na China, durante o curso na UnB, e viu de perto como os médicos chineses tratam os doentes. "Acredito que a medicina no Brasil tende a voltar ao que era, com cada vez mais clínica geral e menos especializações. As faculdades de medicina no país já começam a perceber a importância de tratar o doente e não apenas as doenças", opina.

Quanto à resistência dos médicos em orientar os pacientes para a medicina não-tradicional, Magda Montalvão acredita que diminuiu bastante. "Vários colegas encaminham seus pacientes para a acupuntura e homeopatia", relata. Segundo a médica, as agulhas provocam estímulos na pessoa e atingem várias partes do corpo, como a neurológica, a ortopédica e a imunológica. "A acupuntura é excelente para os quadros de dor. Em uma só sessão pode-se notar uma rápida melhora", exemplifica.

O coordenador de Saúde Ocupacional e Prevenção da Secretaria de Saúde do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o pneumologista Andral Codeço Filho, reconhece e admite o tratamento com a homeopatia e acupuntura, mas não aprova técnicas como florais, iridologia ou urinoterapia. No órgão, não há profissionais que usem essas técnicas, mas no plano de saúde dos servidores há convênio com médicos homeopatas e acupunturistas.

O STJ atua na prevenção de doenças de outra forma: lançando programas específicos para diversas áreas, como o de combate ao tabagismo, o de gerenciamento de estresse e o de saúde mental. "Aqui no Tribunal só



**Magda Montalvão trocou a medicina convencional pela acupuntura: "É uma abordagem do ser humano como um todo"**

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO

aceitamos a medicina especializada e as reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina. Não se pode aceitar outros métodos", afirmou.

O médico entende que a prevenção é o melhor caminho para buscar a saúde, e defende a ampliação de oportunidades para os servidores. "O indivíduo precisa saber escolher e praticar os hábitos para uma vida saudável", destacou. A Secretaria de Saúde do STJ tem dezoito médicos, cinco psicólogos, cinco fisioterapeutas, três nutricionistas, três assistentes sociais e três enfermeiras.

**Messias Araújo, do Serviço de Saúde da PGR: "Ainda há resistência no meio médico, mas isso será superado"**



## COMO SELECIONAR A TERAPIA CORRETA

- Antes de procurar qualquer método alternativo, faça o diagnóstico da doença com um médico. Só ele tem condições de fazer essa avaliação e dizer qual tratamento deverá ser feito.
- Caso procure métodos não-tradicionais para tratar a doença, peça ao profissional para explicar o tratamento: como será feito, quanto tempo vai demorar, se possui efeitos colaterais e o que você pode esperar dele.

- Não se esqueça de verificar a qualificação do profissional: onde ele se formou e a que associações médicas está filiado.
- Procure uma clínica com boa reputação e terapeutas diplomados e registrados nos devidos conselhos profissionais.
- Visite a clínica, assegure-se de que você aprova a atitude dos profissionais e funcionários e de que o ambiente é limpo, alegre e agradável.

- Nos tratamentos novos e muito diferentes, solicite trabalhos científicos ou as estatísticas em poder do médico. Se for um tratamento experimental, o profissional deve propor um termo de responsabilidade que inclua, além dos possíveis efeitos colaterais, a possibilidade de você desistir do tratamento no momento que decidir.

Fonte: Associação Brasileira de Medicina Complementar.

# Vida ao redor de Brasília

*Planejadas por Lucio Costa para funcionar de maneira autônoma, independentes do Plano Piloto, as satélites acabaram se transformando em cidades-dormitório, por conta do desordenado crescimento populacional do DF. Hoje, porém, algumas delas já começaram a retomar o caminho da auto-suficiência e oferecem aos moradores opções de emprego, cultura e lazer. Veja o que alguns servidores que não moram no Plano pensam de suas cidades.*

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Tenho cinco filhos e nenhum precisa sair de Taguatinga para se divertir. Todos adoram a cidade, porque podem escolher à vontade: tem teatro, cinema, comércio, shoppings... Já faz vinte anos que moro lá e não tenho nenhuma reclamação.

**Antônio de Oliveira,**  
técnico do STJ



Vim de São Paulo há 19 meses e não tive dúvidas quanto à cidade que iria escolher: Taguatinga. Toda a minha família mora lá, meus amigos também. A cidade oferece muita diversão; tem teatro, projetos culturais, shoppings...

**Evandro da Cunha Menezes,** analista do STM



Morei na Asa Sul, Águas Claras, Sudoeste e agora no Guará. Adoro a cidade, não penso em me mudar. A feira é um atrativo gastronômico. Outra atração é a pista de motocross. Os quiosques nas quadras facilitam a interação entre os moradores. Passeio com minha filha e adoro o ar de cidade do interior; nem parece que estamos em Brasília.

**Sheila Messerschmidt,** analista do STJ



Por ser uma cidade nova, o Areal oferece pouca atividade cultural. Mas já estão sendo construídas quadras de esportes. Gostamos de frequentar o clube Cefis, devido à proximidade. Acho que a tendência é melhorar, a cidade tem só seis anos e está crescendo de forma ordenada.

**Reginaldo Alves Araújo,** técnico do STM



Penso em sair do Guará por causa do trânsito; gasto uma hora até o meu trabalho; às vezes até mais. Mas minha família e amigos estão todos lá, e isso me deixa com dúvidas. O comércio é meio fraco e não há shoppings, mas a proximidade do Plano resolve isso.

**Bruna Anahys da Silva,**  
técnica do TSE



Tenho três filhos e escolhi Vicente Pires pela tranquilidade e segurança que o condomínio oferece. Pena que ainda há poucas áreas de lazer. Mas meus filhos estão satisfeitos. Acredito que logo a realidade será modificada; realmente acredito na minha cidade.

**Cláudio Antônio dos Santos,**  
técnico do STM



Minha cidade é maravilhosa. Moro no Riacho Fundo I há 18 anos e nem penso em sair. É um pouco distante do trabalho, mas adoro a tranquilidade e o clima rural. Cultura e diversão ainda são atrativos raros, mas mesmo assim meus filhos adoram o lugar, e acredito que com o tempo isso vai mudar.

**João Batista de Souza,**  
técnico do TSE



Moro na zona rural de Sobradinho há 36 anos. Adoro o contato com a natureza e a casa espaçosa. Meus filhos podem brincar com liberdade. Mas a infraestrutura não está boa, e estamos distantes da cidade e do Plano, onde há mais vida cultural.

**Jaqueline Farias Caetano,**  
técnica do MPDFT



Amo a minha satélite, moro lá há nove anos e nem penso em sair. Tudo que preciso eu encontro: hipermercado, shoppings, lazer, cinema, teatro. Só saio de Taguatinga para trabalhar. A região onde moro também não sofre com a violência; eu me sinto muito seguro.

**Willian Gomes Costa,**  
técnico do MPDFT



Apesar de ser moradora do Gama há 19 anos, minha vida está no Plano Piloto, porque passo grande parte do dia aqui. Por causa da distância, devo me mudar de lá no final do ano. Vou para Águas Claras. Acho que vou sentir muita falta dos amigos e da família, mas, no momento, esta é a melhor opção.

**Raquel Ribeiro Teles,**  
técnica do TSE



Moro em Planaltina desde 1972. Adoro as festas religiosas, como a do Divino e a Via Sacra, no Morro da Capelinha. A cidade tem um lado muito bom: as pessoas conversam na porta de casa, são amigas dos vizinhos. A violência é um problema, mas acho que podemos resolver isso se trabalharmos com as crianças e adolescentes.

**Valdimar Pereira da Silva,**  
técnico do MPDFT



O Guará está muito próximo do centro de Brasília. Apesar do trânsito, acredito que seja uma ótima opção de moradia. Pena que ainda tenho que sair de lá para levar meus filhos ao teatro ou cinema. Mas não penso em me mudar; adoro minha cidade e acho que ela só vai melhorar.

**Carlos César Neves de Oliveira,**  
técnico do STM

# A cultura e seus

ARTHUR MONTEIRO



# heróis

*Grupos culturais tornam-se instrumento de inclusão social, resgate de valores, diminuição da violência, prevenção ao uso de drogas e profissionalização de jovens*

## Eunice Pinheiro

Criadas para abrigar a população removida das primeiras favelas de Brasília, as cidades satélites já nasceram sob o signo da dependência do Plano Piloto. Inauguradas às pressas, antes mesmo da inauguração da nova capital, em 1961 – Taguatinga foi inaugurada em 1958 – as satélites foram entregues com a infra-estrutura muito aquém da projetada por Lúcio Costa. Viraram cidades-dormitório, dependentes da economia dos mais ricos que habitavam o Plano Piloto. Hoje, essas cidades têm vida própria. Uma vida que muita gente desconhece.

A cultura nas satélites vive. Na verdade, sobrevive aos trancos e barrancos, na base da determinação e persistência. Com muita paixão e praticamente sem apoio financeiro, nem público nem privado, os heróicos agentes culturais da periferia vão levando. Exemplo disso são os rappers, com seus milhares de fãs, e os representantes de tradições populares centenárias, como o Cacuriá Filha Herdeira (foto), o Bumba Meu Boi de Seu Teodoro, o grupo Flor do Cerrado, o Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro e muitos outros.

Pesquisar a produção cultural da periferia de Brasília é ver de perto dois mundos diferentes. E como essas diferenças são grandes. O que se produz no Plano Piloto é completamente diferente do que é feito em Ceilândia, Planaltina ou Riacho Fundo, por exemplo. No Plano, a cultura leva à diversão, ao lazer. Nas cidades satélites, é um instrumento de inclusão social, de resgate de valores para a diminuição da violência, de prevenção ao uso de drogas e de profissionalização de jovens. Não há como separar a cultura das ações sociais.

"No Lago Sul é possível rock de garagem. Na periferia a garagem não existe; cria-se na rua", diz TT Catalão. Após oito meses como subsecretário de Políticas Culturais, ele pediu demissão perceber condições objetivas de criar estruturas mais voltadas para a cultura (processo) que para a arte (eventual). "É a tragédia das políticas públicas nas regiões carentes. Queria começar pela valorização das bibliotecas públicas, que são potenciais casas de cultura, embora raras na periferia. A exclusão é cruel e mudar a raiz da exclusão, dentro do Estado, é muito difícil", afirma.

## Quando a realidade atropela os planos

As satélites nasceram antes da inauguração de Brasília. Elas estavam previstas no projeto da capital, mas Lúcio Costa imaginava criar uma a uma, ao longo dos anos, quando o Plano Piloto já estivesse estruturado.

Não se pensou que a construção de Brasília fosse atrair tanta gente. Em 1957, eram 12.700 habitantes. Três anos depois, 41.700. Em 1970, 538 mil. "Ao lado dos acampamentos do pessoal que trabalhava nas constru-

ções, começaram a surgir favelas. Como o crescimento era muito rápido, antecipou-se a criação das satélites. Essa população foi levada para lá", diz a arquiteta Rejane Jung Vianna, mestre em desenho urbano pela UnB.

Ela conta que o objetivo da criação das satélites era abrigar a população mais pobre que chegasse a Brasília. "A idéia já era segregacionista; falava-se em proteger o centro", afirma ela. Anos depois, as cidades,

que deveriam ser autônomas em tudo, inclusive empregos, viraram praticamente dormitórios.

A situação só começou a mudar na década de 80, quando Ceilândia, Taguatinga e, mais tarde, Samambaia começaram a se estruturar. Só agora elas se aproximam da autonomia imaginada por Lúcio Costa. "Não tenho dúvidas de que, no futuro, essas cidades estarão totalmente independentes", prevê Rejane.

# Capital do rap

Enquanto no Plano Piloto e no Lago os jovens tocam rock, na periferia os rappers arrebanham milhares de fãs. Segundo o produtor musical Rafael Santoro, são mais de quinhentos grupos, que raramente aparecem nos cadernos de cultura dos jornais, mas que chegam a vender cinco mil cópias de um único CD nas cidades satélites. X, ex-membro do grupo Câmbio Negro, hoje ganha a vida como segurança. Nos fins de semana, faz shows e já gravou dois CDs solos. "Não quero ganhar a vida com música.

## Populares

A produção brasileira de rap só perde para São Paulo. A prensagem é feita de forma artesanal e a distribuição dos CDs é feita mão-a-mão.

Canto porque quero que as pessoas raciocinem sobre o que falo. Por isso, imprimo poucas cópias", conta. Na época do Câmbio Negro, ele chegou a vender oito mil discos. Hoje imprime apenas dois mil, mas nunca sobra.

Para ter idéia da influência do rap na cultura do DF, a produção brasileira só perde para a de São Paulo. A prensagem dos

CDs é feita de forma artesanal, para baratear o produto; com isso, os discos são vendidos por quatro ou cinco reais. A distribuição é feita mão-a-mão. São grupos como o Atitude Feminina, de São Sebastião, Liberdade Condicional, de Sobradinho, Código Penal, de Planaltina, e Voz sem Medo, de Brazlândia, que tocam nas ruas das satélites.

Eles não apenas tocam, mas servem de instrumentos para reunir jovens em torno de projetos sociais. A cultura hip hop possui diversos elementos: dança de rua (ou break), grafite, MCs (ou rappers) e DJs. Alguns grupos promovem oficinas de dança, grafite, música e locução.

"O objetivo é prevenir ou retirar o adolescente da marginalidade, mostrar que há outros caminhos. É fazer com que ele pense e escolha uma vida digna", explica Gilmar Cristiano, o Satão, da ONG DF Zulu Break, na Ceilândia Sul. O único apoio com que o grupo conta é o da própria comunidade; não há financi-

amento público ou privado. Eles realizam oficinas em escolas, igrejas e até na rua, e compram materiais com dinheiro do próprio bolso. "Agora, estamos grafitando os muros das escolas da Ceilândia. É uma forma de deixá-las mais bonitas e dar mais dignidade e orgulho aos alunos", explica Satão.

O Grupo Atitude também trabalha com cultura na Ceilândia. Promove rodas de leitura, formação para contadores de estórias, oficinas de grafite e esportes. Por semana, cerca de trezentas crianças e adolescentes passam pelas duas sedes da entidade, na Ceilândia Sul e no Setor M Norte. "Temos uma rádioweb comunitária. A programação e a locução são feitas pelos meninos. O objetivo é mantê-los fora de situações de risco e dar a eles uma profissão", conta Sérgio de Cássio Sousa, presidente do Atitude.

O basquete de rua também é uma manifestação cultural forte nas satélites. A Central Única das Favelas (CUFA) mantém escolinhas gratuitas para as comunidades. Este ano, incluirá Itapoã e Vila Estrutural em projetos com basquete, dança de rua, percussão e vídeo.

FOTOS: ARTHUR MONTEIRO



Grupos BsB Girls (de vermelho) e Atitude Feminina: mensagens sociais



DF Zulu Break: oficinas em escolas, igrejas ou na rua, com dinheiro do próprio bolso



## Cine Periferia Criativa

As cidades satélites também consomem e produzem cinema. Além da programação comercial, algumas comunidades contam com esquemas alternativos. A CUFA criou o Cine Periferia Criativa, que roda as cidades projetando filmes brasileiros em telões na rua. No ano passado, cerca de três mil pessoas assistiram aos filmes. Paralelamente às apresentações, numa parceria com o SESC, foram montadas oficinas de direção e vídeo com adolescentes. O resultado foi o filme *Olhos Verdes, Coração Negro*, sobre a rodoviária de Brasília, e a criação da Cara Dura Produções, montada pelos garotos.

Num esquema ainda mais modesto, o Cine Clube Mutirô mobiliza a comunidade que vive no Mercado Sul, em Ta-

guatinga Sul. O mercado, que esteve abandonado por muitos anos, agora serve de moradia para cerca de cinquenta pessoas. É lá, na loja 3, que elas se reúnem para produzir vídeos, geralmente com temas sociais, e assistir filmes.

“Já fizemos documentários sobre as comunidades de Cavalcante e aldeias de índios. É uma criação livre, porque acreditamos na liberdade do pensamento”, explica André Duarte, diretor do Cine Clube. Os vídeos são vendidos, o que gera recursos para continuar o trabalho. Além disso, a comunidade cria móveis e objetos de decoração artesanais, utilizando sacos de cimento e papelão como matérias-primas. O Mutirô mantém ainda uma pequena biblioteca e uma videoteca para atender à comunidade.

# Tradições populares

O hip hop é predominante nas comunidades de periferia, mas, paralelo a ele, o folclore permanece movendo a cultura local. Cristiano Olímpio Silva, filho de Dona Elizene, é um dos que trabalham muito para manter a chama acesa pela mãe. O Cacuriá Filha Herdeira foi criado por dona Elizene ainda em São Luiz do Maranhão, há mais de cinquenta anos. É uma mistura de danças maranhenses com canções entoadas pelas lavadeiras de beira de rio e quebradeiras de côco babaçu. Encantada com tudo aquilo, Elizene trouxe na memória a paixão pela dança, ao se mudar para Brasília.

Aqui, encontrou Seu Teodoro, em Sobradinho, com o grupo de Bumba Meu Boi. Nasceu aí a parceria que durou até a morte de Elizene, há sete meses. "Continuo mantendo o que minha mãe plantou. Mas confesso que só não desisti por causa dela. Tenho que manter a tradição", afirma Cristiano. Para ele, 2009 será a última aposta. Se as coisas não melhorarem, vai voltar para o Maranhão e levar junto o Cacuriá Filha Herdeira.

Elizene, a filha herdeira que deu nome ao grupo, criou também o grupo Flor do Cerrado, formado por meninas de São Sebastião. As apresentações desse grupo, do Cacuriá e do grupo de Seu Teodoro acontecem durante as festas de Brasília. Em 2008, foram mais de cinquenta apresentações. Fora isso, os ensaios também são uma festa. Geralmente acontecem às quintas e sábados e reúnem as comunidades de Sobradinho I e II. Mas tudo isso corre o risco de acabar, se não houver um apoio mínimo



Arthuro Monteiro  
Ankomárcio (segundo a dir.):  
"Investir em arte é muito  
mais barato que investir em  
segurança pública"

para a subsistência do grupo.

O grupo Seu Estrela e o Fuá do Terreiro é outro que leva a arte a duras penas. Mas resiste. Juntou tradições culturais de diversos estados e criou uma manifestação própria de Brasília. O Calango Voador é uma delas. Há cinco anos, o grupo se apre-

senta nas praças, feiras e festas populares. Para sobreviver, criam instrumentos musicais, brinquedos, bonecos e os vendem durante as apresentações. "Mas não é fácil. Não temos financiamento, não temos cachê. É tudo por amor a arte", explica Danielle Freitas, uma das brincantes do grupo.



## Escola de circo forma atores e multiplicadores

Formar profissionais de circo e atores de teatro é o trabalho do Artitude Centro Cultural, com sede no Riacho Fundo. Ankomácio Saúde, que dirige o Artitude, leva o trabalho para outras comunidades, como Taquari, Canegai, Vila Cauy, Varjão, Recanto das Emas, Santa Maria, Ceilândia e Sambaíba. O Artitude se instala em qualquer lugar onde o velho ônibus amarelo da Trupe do Circo possa estacionar. Nesses locais são formados grupos de teatro amador, que

discutem e produzem textos, atuam e batallham para manter a arte viva.

Em 2008, com o suporte financeiro do Fundo de Arte e Cultura (FAC), o grupo conseguiu montar a oficina Jogando no Pica-deiro, que mistura a arte circense com a capoeira do Mestre Cobra. Juntos, atendem atualmente duzentas crianças. “Nosso objetivo é escolher os trinta melhores alunos e transformá-los em multiplicadores. Com isso, poderemos disseminar ain-

da mais a arte do circo e dar uma ocupação remunerada às pessoas da comunidade. As aulas acontecem ao ar livre, nas praças. Mas, quando chove, é necessário buscar ginásios e escolas.

“Investir em arte é muito mais barato que investir em segurança pública. As autoridades precisam entender que a prevenção está aqui, com esses meninos que montam peças e fazem arte”, afirma Ankomácio.

# Eleições 2009 PARTICIPE!



**Sindjus**  
ELEIÇÕES 2009

## Edital de convocação

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério da União no DF- Sindjus - atendendo ao disposto no artigo 55 do seu Estatuto Social, faz saber que serão realizadas eleições para renovação da diretoria colegiada e do Conselho Fiscal triênio 2009/2012, observando o seguinte calendário: 18 de fevereiro - Assembleia no auditório da CUT, SDS Ed. Venâncio V, no subsolo; 26/2 a 16/3 - Prazo para registro de chapas. O registro deverá ser efetuado na sede do Sindjus, situada no SDS - Edifício Venâncio V, sala 111, Brasília-DF, no horário das 9h às 18 horas; 16/3 a 18/3 - Prazo para a comissão eleitoral publicar a relação nominal das chapas registradas; 18/3 a 24/3 - Prazo para impugnação de chapas; 14 e 15 de abril - Eleições; 15 de abril - Apuração dos votos, que terá início imediatamente após o término do processo eleitoral; e Proclamação do resultado; 25 de maio - Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal Eleitos. A coleta de votos será por intermédio de urnas fixas e itinerantes, sendo fixa na sede do sindicato no horário das 9h às 18 horas e itinerantes em todos os locais de trabalho no horário de funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário e do MPU.

Brasília, 11 de fevereiro de 2009  
Diretoria Colegiada do Sindjus



**SINDJUS**